

A PRODUÇÃO DA NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO

Doi: 10.4025/percurso.v7i1.26401

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) e do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS) E-mail: aj_ramone@hotmail.com

À memória de Neil Smith (1954-2012)

RESUMO: *Objetiva* compreender a *produção da natureza* como *estratégia de acumulação* analisando a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene pela Suzano Papel e Celulose. Parte-se da *hipótese* de que tal aquisição detém a marca da *produção da natureza* como uma *estratégia de acumulação* capitalista, como sustenta-nos o geógrafo marxista Neil Smith. Propõe-se uma *leitura geográfica* deste movimento do capital com o intuito de estabelecer uma reflexão crítica sobre como a Suzano tem utilizado novos mecanismos de acumulação, como o desenvolvimento de biotecnologia, para ampliar seus lucros e converter o discurso de sustentabilidade em mercadificação da natureza. O texto está dividido em três partes, além da introdução: na primeira parte promove-se um *panorama histórico da Suzano*; em seguida, analisa-se criticamente a *aquisição da FuturaGene*; na terceira parte explora-se o conceito de *produção da natureza* como resposta às necessidades de compreensão do caso estudado, bem como apresenta-se a *leitura geográfica da produção da natureza* como *estratégia de acumulação* com o intuito de mostrar como a aquisição da FuturaGene está em sintonia com a atual estratégia de crescimento da Suzano; por fim, nas *conclusões*, promove-se uma síntese das observações consideradas apontando que os elementos levantados permitem admitir que a aquisição da FuturaGene pela Suzano Papel e Celulose sinaliza para novos mecanismos de acumulação capitalista.

Palavras-chave: Produção da natureza; FuturaGene; Suzano Papel e Celulose; Neil Smith.

THE PRODUCTION OF NATURE AS ACCUMULATION STRATEGY

ABSTRACT: Aims to understand the production of nature as accumulation strategy analyzing the acquisition of biotech company FuturaGene by Suzano Pulp and Paper. It starts with the hypothesis that such acquisition has the mark of the production of nature as an accumulation strategy, as supports us the Marxist geographer Neil Smith. It proposes a geographical reading of this movement of capital in order to establish a critical reflection about how Suzano has used new

mechanisms of accumulation, as the development of biotechnology, to enlarge their profits and convert the discourse of sustainability in commodification of nature. The text is divided into four parts, plus the introduction: the first part is promoted a historical overview of Suzano; then it is analyzed critically the acquisition of FuturaGene; the third part explores the concept of production of nature as a response to the need to understand the case studied, as well as it presents the geographical reading of the production of nature as accumulation strategy in order to show how the acquisition of FuturaGene is in line with the current Suzano growth strategy; Finally, in the conclusions, it promotes a summary of the observations considered pointing out that the raised elements allows the assumption that the acquisition of FuturaGene by Suzano Papel e Celulose indicates for new capitalist accumulation mechanisms.

Key words: Production of nature; FuturaGene; Suzano Pulp and Paper; Neil Smith.

1 INTRODUÇÃO

O presente texto objetiva compreender a *produção da natureza como estratégia de acumulação capitalista* analisando a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene pela empresa Suzano Papel e Celulose¹. Para tanto analisou-se as contribuições acadêmicas do geógrafo marxista Neil Smith (2009) buscando suporte teórico para compreender os *momentos* econômicos que passam, segundo Marques (2011), pela produção de sementes em centros tecnológicos, que podem estar diretamente vinculados a laboratórios de pesquisa genética e biotecnologia; produção de mudas em viveiros; plantio e produção florestal; colheita e transporte da madeira; fabricação de celulose; produção de papel; transporte, escoamento e distribuição no mercado; recuperação do papel usado e produção de papel reciclado. Assim, parte-se da *hipótese* de que a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene pela Suzano detém a marca da *produção da natureza* como uma *estratégia de acumulação*.

Argumenta-se, portanto, a necessidade de uma *leitura geográfica* deste movimento do capital com o intuito de estabelecer uma reflexão crítica sobre como a Suzano tem lançado mão de novos mecanismos de acumulação, como o desenvolvimento de biotecnologia, para ampliar seus lucros, gerar receita e converter o discurso de sustentabilidade numa estratégia ampla de mercadificação da natureza. Para tanto, utiliza-se da *dialética marxiana* (MARX, 2010) com o

¹ Esta empresa será doravante citada, no corpo do texto, como Suzano.

objetivo de compreender como o *processo* evolutivo da Suzano foi e é *dinamizado pelas suas próprias contradições intrínsecas*.

O texto está dividido em três partes, além da introdução: na primeira parte promove-se um *panorama histórico da Suzano*; em seguida, analisa-se criticamente a *aquisição da FuturaGene*; na terceira parte explora-se o conceito de *produção da natureza* como resposta às necessidades de compreensão do caso estudado, bem como apresenta-se a leitura geográfica da *produção da natureza* como *estratégia de acumulação* com o intuito de mostrar como a aquisição da FuturaGene está em sintonia com a atual estratégia de crescimento da Suzano; por fim, nas conclusões, promove-se uma síntese das observações ponderadas.

2 PANORAMA HISTÓRICO DA SUZANO

Para entender o desenvolvimento da Suzano é preciso fazer um recuo estratégico no tempo visualizando como uma pequena fábrica de papel, cresceu, diversificou-se, adentrou no mercado de celulose, até se consolidar como um dos maiores grupos empresariais brasileiros (FIGURA 01).

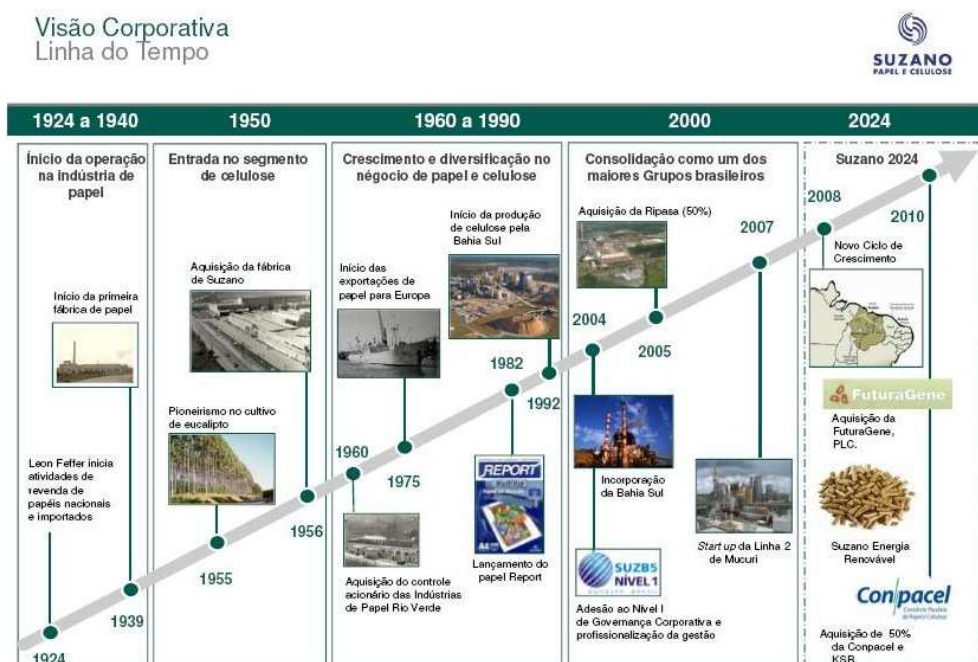


Figura 01- Linha do Tempo.
Fonte: SUZANO, 2011.

Essa história começou com o ucraniano Leon Feffer. Após a imigração para o Brasil, em 1921, ele criou uma empresa comercial que passou a atuar no ramo de venda de papéis, passando logo para a manufatura, fabricando envelopes, sacos de papel e embalagens, montando também uma pequena tipografia (SUZANO, 2007). Na visão de Joly (2007), imigrantes como Feffer foram os pioneiros que permitiram o desenvolvimento do setor no Brasil ao buscarem oportunidades de crescer empresarialmente. Em suas palavras:

Até a década de 20, essa produção pioneira continua com força, mas sempre muito dependente da importação de maquinário, de celulose escandinava para misturar ao produto nacional e de papel de imprensa. Além disso, as primeiras indústrias de papel e celulose que surgiram eram todas integradas, ou seja, produziam (ou importavam da Escandinávia) a pasta de celulose para confeccionar seu papel. Somente mais tarde, em meados dos anos 40, essa lógica de produção é modificada, originando também os segmentos que produzem celulose somente para comercialização, sem transformá-la em papel (a chamada celulose de mercado) (JOLY, 2007 p. 32).

De acordo com seu sítio eletrônico (www.suzano.com.br), em razão da dependência do Brasil em relação à importação do papel, a empresa começou a ter dificuldades em suas atividades, motivo pelo qual, em 1939, Leon Feffer iniciou a construção de sua primeira fábrica de papel. No entanto, a nova indústria continuou dependente da importação, agora da matéria-prima, da celulose de *pinus*.

Buscando superar a dependência em relação à celulose de *pinus*, a Indústria de Papel Leon Feffer S.A. (atual Companhia Suzano de Papel e Celulose), em 1954, contando com apoio da Universidade da Flórida, aperfeiçoou o processo de fabricação de papel utilizando 100% de celulose de eucalipto. O eucalipto, árvore do ramo das folhosas que fornece celulose de fibra curta, mostrou-se extremamente produtivo para grandes plantações no Brasil (LOPES; CONTADOR, 2011).

Malina (2011) aponta que já nos anos 1950, Juscelino Kubitschek, com seu Plano de Metas (1956), planejou a expansão da capacidade produtiva das indústrias de papel e celulose, apoiado também na abertura do setor ao capital externo. A partir de então, o governo passou a apoiar sistematicamente o desenvolvimento desta indústria através de medidas tarifárias e de

financiamento, principalmente através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (LOPES; CONTADOR, 2011).

Nesse momento econômico de substituição das importações, em 1956, ocorre a aquisição da fábrica da Suzano, o nome pelo qual a empresa viria a ser conhecida no Brasil. No ano seguinte,

Em 24 de agosto de 1957, a Companhia Suzano produziu suas primeiras 30 toneladas de celulose branqueada a partir do eucalipto. O feito foi o primeiro no Brasil e nas Américas. Em pouco tempo, a Companhia Suzano passou a fabricar papel com 30% de celulose de eucalipto. A quantidade foi crescendo até que, em 1960, pela primeira vez no mundo, foi produzido um bom papel com 100% de celulose branqueada de eucalipto.

Começa aqui uma grande transformação em toda a indústria de papel e celulose de alcance mundial. Num primeiro momento, a novidade ajudou o País a superar sua dependência da celulose importada. Com o aumento da produção, em 1978, passamos a ser exportadores dessa matéria-prima, que hoje é um item importante na pauta do comércio externo brasileiro (SUZANO, 2008, p.33).

Posteriormente, em 1960, a Suzano adquire o controle acionário das Indústrias de Papel Rio Verde, fato esse que demonstra, na visão de Goldenstein (1975), a concentração e a centralização do grupo. A Suzano investiu também no desenvolvimento do mercado externo, transformando-se a partir da década de 1960 numa das mais importantes empresas do Brasil.

Em termos de legislação federal, cabe destacar o novo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal n.º 4.771/65)² que versa desde os direitos de propriedade até as formas de vegetação. Na visão de Joly (2007, p.34) a criação do Código Florestal³ contribuiu “para o início das atividades de reflorestamento programado, portanto, para a formação de fontes renováveis de suprimentos de madeira”. Mas é importante notar que a criação de uma legislação específica para o setor florestal revela o interesse do Governo Ditatorial em impor *normas* para a atividade.

Compreende-se, portanto que além de começar a *normatizar* o setor florestal e apoiá-lo via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, o Regime Militar estava

² O prefixo novo implica em reconhecer que havia um preexistente: O primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934.

³ A íntegra do Código Florestal pode ser visualizada em:
http://www.controleambiental.com.br/codigo_florestal.htm.

empenhado em oferecer as condições necessárias para que o negócio pudesse se desenvolver. Uma dessas condições é o auxílio financeiro que vai se tornar mais visível em 1966 quando

[...] institui-se o plano de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento, que beneficiou sobremaneira o circuito de celulose, pois previa uma série de *abatimentos tributários significativos* para que as propriedades fossem reflorestadas, aumentando bastante a oferta de madeira para ser explorada (JOLY, 2007, p.34, *itálicos meus*).

Tanto a normatização quanto a financeirização nos revela precisamente o quê? Precisamente, territórios sendo destinados ou produzidos para a expansão da produção de celulose e papel. Revela também a silvicultura em escala industrial para abastecer o mercado externo e atender o mercado interno. Hilgemberg e Bacha (2000) destacam também que:

Em meados da década de 60, foi promulgado o Decreto-Lei 5.106/ 66 para viabilizar a implantação de maciços florestais pelas empresas e, assim, cumprir as determinações do Código Florestal, promulgado em 1965. Este decreto-lei regulamentou os incentivos fiscais, previstos no Código Florestal de 1965, destinados a gerar recursos para investimentos em reflorestamentos. Assim, o referido decreto-lei permitiu às pessoas físicas abaterem da renda bruta as importâncias efetivamente aplicadas nesta atividade no ano-base da tributação e às pessoas jurídicas abater até 50% do Imposto de Renda devido. Os resultados da regulamentação dos incentivos fiscais foi uma grande expansão da área reflorestada nos anos seguintes. (HILGEMBERG; BACHA, 2000, p.150).

O Estado, como vemos, desempenha um importante papel enquanto normatizador e financiador da silvicultura. Mas ele não exerce o papel de mediador apenas pelo BNDE, tampouco institucionaliza as questões apenas pelo Banco:

Em 1967, é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em substituição ao Instituto Nacional do Pinho, a fim de coordenar as políticas florestais no país. Nesse mesmo ano, forma-se a primeira turma de engenheiros florestais de um convênio entre o IBDF e a FAO/ONU. Em 1968, o governo criou o Instituto de Pesquisas Florestais (IPEF), numa iniciativa conjunta da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo e das empresas Champion, Duratex, Rigesa, *Suzano* e Madeirit. Esse instituto teve um papel importante na difusão das técnicas de manejo e seleção das espécies mais aptas para a produção (onde o eucalipto era uma boa promessa) (JOLY, 2007, p. 34, *itálico meu*).

É relevante salientar que com a institucionalização as empresas do setor de celulose e papel tiveram uma oportunidade maior de captar financiamentos. A formação de engenheiros, por outro lado, forneceu o caráter científico e simultaneamente técnico no desenvolvimento florestal em caráter industrial. Mas, o desenvolvimento também necessita de pesquisa florestal: O Instituto de Pesquisas Florestais – IPEF simboliza isso. Não estranha, portanto, a conjunção de forças de uma instituição pública (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ) e empresas privadas (Suzano, Champion, Duratex, Rigesa e Madeirit).

Compreende-se que o nexos Estado-Empresas existente no setor de papel e celulose fomentou a formação de um grupo de agentes privados que controlam a oferta de produtos e serviços relacionados ao setor de silvicultura. Oligopolização é o nome deste fenômeno que no Brasil teve sua razão fundante no apoio concedido pelo Estado, via BNDE, para a consolidação das empresas do setor. Este processo de configuração econômica será mais visível ainda nos anos 1970.

Os anos 70 foram de reviravolta no setor, com o aumento do preço das matérias-primas no mercado internacional e os choques de preço do petróleo. O aumento do déficit em conta corrente exigiu do país um novo ciclo de substituição das importações e um maior volume de exportações. O primeiro grande ciclo de investimentos no setor tem início com o lançamento do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento -, e do I PNPC - Plano Nacional de Papel e Celulose -, durante o governo Geisel (1974-1979). O objetivo de fortalecer o empresariado nacional, aliado à uma estratégia de integração competitiva, fizeram o governo realizar uma injeção relevante de recursos no setor para os projetos considerados prioritários. A política industrial incentivava, através do financiamento público e de vantagens fiscais, à expansão da capacidade produtiva, à formação de maciços florestais, à melhoria da eficiência e à melhoria da produtividade nas unidades fabris, visando o autoabastecimento e a inserção do país no cenário internacional. Como resultado desta política formaram-se as grandes empresas que existem hoje no setor, como a Aracruz, Klabin, *Suzano*, Votorantim, Ripasa, dentre outras (LOPES; CONTADOR, 2011, p.3, *itálico meu*).

Mais uma vez é o Estado o agente central no cenário político-econômico. Ao planejar no nível macroeconômico o desenvolvimento da nação o faz levando em consideração o setor de papel e celulose. A criação de um plano específico para o setor revela a conexão classista existente entre a burocracia estatal do Regime Militar e a burguesia nacional. O Estado, dessa forma, ordena o território economicamente e financia a expansão da base florestal.

Não obstante, “nos anos 80, o circuito produtivo de celulose constituiu uma exceção em meio à crise generalizada e continuou a crescer, mas houve uma diminuição dos investimentos em novas plantas” (JOLY, 2007, p.35).

Os anos 80 foram de consolidação da posição brasileira no mercado internacional com o lançamento do II PNPC, incentivando mais uma vez o aumento da capacidade, o aumento da competitividade, a melhoria dos padrões de qualidade, a uniformidade dos produtos, a proteção ambiental, a melhoria do processo produtivo e a melhoria dos controles de processo, através da introdução de novos equipamentos. A retração econômica na primeira metade da década contraiu o mercado interno, fazendo com que as empresas destinassem uma parte maior da produção para as exportações (LOPES; CONTADOR, 2011, p.2-3).

O planejamento macroeconômico do II Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC) relaciona-se com o movimento da Suzano. Todas as características destacadas pelos autores supracitados permitem enxergar uma conexão existente entre a consolidação do setor de papel e celulose e o desenvolvimento de novos projetos. No dizer de Juvenal e Mattos (2011, p.14-15):

No fim de 1987, o governo federal lançou outro Programa Nacional de Papel e Celulose, que contemplava um novo ciclo de investimentos e estabelecia as seguintes metas para 1995:

- ampliar a oferta de celulose de 3,4 milhões para 6,6 milhões de toneladas;
- ampliar a oferta de papel de 4 milhões para 8,4 milhões de toneladas;
- ampliar a oferta de pasta de 312 mil para 848 mil toneladas;
- implantar florestas destinadas ao auto-abastecimento das fábricas;
- aumentar as exportações de celulose de 921 mil para cerca de 1.400 mil toneladas e as de papel de 543 mil para 820 mil toneladas;
- privilegiar com tratamento preferencial das entidades governamentais de desenvolvimento os investidores de reconhecida capacidade financeira e competência empresarial;
- proporcionar incentivos fiscais para importação de equipamentos e implantação de florestas nos projetos aprovados pelo então CDI;
- estimular a capitalização das empresas pela abertura de capital; e
- cobrir as importações com financiamento externo ou com capital próprio das empresas (JUVENAL; MATTOS, 2011, p.14-15).

A estratégia do Estado como se vê da análise do II PNPC continua a mesma: garantia das condições gerais de produção, incentivos fiscais, financiamentos pelo BNDES. Mas as estratégias das empresas ao mesmo tempo em que mudam, se ampliam. Vejamos o caso da Suzano: de uma

pequena fábrica de papel transformou-se paulatinamente num dos maiores grupos empresariais do Brasil, graças ao apoio fornecido pelo Estado na constituição de Planos de desenvolvimento orientados ao setor de papel e celulose. A estratégia empresarial passa pelo Estado para que este agente público financie, aprove, incentive e condicione o desenvolvimento de atividades privadas de caráter empresarial (classista). A *estatização do desenvolvimento* do setor de celulose e papel foi materializada concretamente através da institucionalização do IPEF, ESALQ e, principalmente pelo BNDES. O ordenamento jurídico com o Código Florestal também tem seu papel importante na medida em que normatiza as atividades. Mas é o padrão econômico da atividade que influencia majoritariamente a política.

Em consequência do planejamento macroeconômico do II PNPC em 08 de dezembro de 1987 foi constituída a Bahia Sul Celulose S.A, numa associação empresarial entre a Suzano e a então Companhia Vale do Rio Doce⁴. Todavia, a fábrica só iria iniciar sua produção em 1992.

No entanto, crucial para se entender o desenvolvimento da Suzano é a década de 1990. Neste decênio tivemos no âmbito nacional o início do governo do presidente Collor de Mello (1990-1992), sucedido pelo governo de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em ambos os governos a internacionalização da economia brasileira foi capitaneada pelo ajuste financeiro exigido pelo modelo neoliberal (resolução de déficits fiscais, atração de investimentos, competitividade).

Aqui cabe um parêntesis importante em relação ao governo Collor. Por exemplo, no setor econômico, Collor lançou plano homônimo que tinha dentre outras funções estabilizar a economia e conter a inflação. Seguindo os Planos Collor I e II ocorreu a queda geral dos preços

⁴ Atualmente sua razão social é Vale S.A. Não obstante desde 2007 utiliza o nome fantasia Vale. A Vale é a segunda maior mineradora e uma das maiores multinacional do setor privado no mundo. É uma empresa sediada no Brasil que conta com mais de 174 mil empregados entre terceirizados e próprios. Seu grupo empresarial é composto por pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou *joint-ventures* distribuídas em mais de 30 países, dentre eles Brasil, Angola, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru, nos quais desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística. A Vale tem capitalização de mercado de aproximadamente US\$ 175.8 bilhões e conta com cerca de 500.000 acionistas em todos os continentes. O objetivo primordial da Companhia é maximizar valor para seus acionistas com um portfólio de ativos de classe mundial, a saber: minerais ferrosos; alumínio e sua cadeia produtiva (bauxita, alumina e alumínio primário); minerais não ferrosos (minério de cobre, cloreto de potássio, caulim); siderurgia; e carvão (RIBEIRO JUNIOR, 2011). Para maiores informações sobre a Vale recomenda-se visitar o sítio eletrônico da Rede Justiça nos Trilhos: www.justicanostrilhos.org.

do papel e da celulose no mercado internacional em virtude da internacionalização e globalização do setor, com a diminuição das barreiras tarifárias (LOPES; CONTADOR, 2011).

Dentro desse novo contexto de reconfiguração do capitalismo em sua fase neoliberal, a Suzano também reorientou suas estratégias tendo em vista o momento atribulado da economia brasileira. Exemplo disso é o caso da Bahia Sul Celulose S.A.

[...] uma associação da Cia. Suzano (37,77%), da CVRD (30,91%, através das Florestas Rio Doce), da Bndespar (27,66%) e do IFC (3,66%) para implantar uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, com capacidade de 420 mil toneladas/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever, com capacidade de 230 mil toneladas/ano, no município de Mucuri (BA). O projeto atendia à necessidade de expandir tanto a produção de papel como a exportação de celulose, pois somente 45% da celulose produzida seria consumida pela empresa. O projeto foi revisto e teve sua capacidade ampliada para 500 mil toneladas/ano de celulose e 250 mil toneladas/ano de papel. O *startup* da fábrica de celulose ocorreu em 1992, e o da máquina de papel, no ano seguinte (JUVENAL; MATTOS, 2011, p.15).

Sendo assim, à medida que evoluía, a Suzano adotava táticas concernentes ao momento econômico do setor de operação de suas atividades. Assim, a associação com a Vale, BNDESpar⁵ e IFC⁶ caracterizam a conformação de uma *joint-venture*, ou seja, uma cooperação empresarial para a realização de um projeto comum (FRAGA, 2010).

Após o *impeachment* de Collor de Mello em 1992, o governo de Itamar Franco (1992-1994), que era o vice de Collor, tem como carro-chefe o Plano Real, lançado pelo então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso. No bojo dessa política econômica, é abandonada a política de congelamento dos salários e dos preços das mercadorias. Seu governo, assim como o anterior, é marcado pelo controle dos gastos públicos e pelas medidas pró-privatização.

Em 1994, devido ao sucesso no controle da inflação através do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso tornou-se presidenciável pela coalizão PSDB-PFL⁷. Tal como o governo anterior, o popularmente conhecido FHC, tem como um dos seus pontos fortes o Plano Real, que

⁵ O BNDES Participações S/A é uma *holding* de propriedade integral do BNDES criada para administrar as participações do banco em diversas empresas, atuando como o braço financeiro do banco. Por meio do BNDESpar o banco atua no mercado de capitais, tornando-se sócio das empresas que fazem parte de sua carteira de investimentos.

⁶ International Finance Corporation é um ramo do setor privado do Grupo Banco Mundial. Mais informações em <http://www.ifc.org/portuguese>.

⁷ O Partido da Frente Liberal é atualmente conhecido como Democratas (DEM).

foi idealizado pelo próprio e sua equipe quando ainda era Ministro da Fazenda do governo Itamar. Pautado no modelo neoliberal, o governo Fernando Henrique Cardoso realizou corte nos gastos públicos, estimulou processos de privatização, desestimulou o consumo interno e contribuiu para a elevação das taxas de desemprego.

Qual a relação do governo FHC com o setor de papel e celulose do qual a empresa aqui investigada faz parte? É possível entender que até o avanço da fúria neoliberal iniciada com Collor/Itamar e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso o Estado tinha seu papel central de investidor em setores chaves da economia brasileira, tais como mineração, siderurgia, papel e celulose, por exemplo. Mas tais governos neoliberais marcados por uma política de controle dos gastos públicos e pelas medidas pró-privatização reconfiguram o papel do Estado e as empresas passam a se destacar como agentes importantes e decisivos no jogo político-econômico.

Nos anos 2000 a Suzano cresceu, diversificou seus negócios e consolidou-se como uma das maiores empresas do Brasil: a Bahia Sul Celulose, que iniciou sua produção em 1992, foi incorporada em 2004; Este fato demonstra o avanço do processo de centralização e concentração empresarial (observável também com a aquisição de 50% da Ripasa em 2005, bem como a aquisição de 50% da Conpacel e KSR⁸, em 2010).

Verifica-se também a internalização da questão ambiental com forte apelo mercadológico observável no destaque dado a adesão ao Nível I de Governança Corporativa e profissionalização da gestão da Bovespa, em 2005. Não obstante, observa-se a recuperação da capacidade de investimento em plantas industriais (caso do *Start up* da Linha 2 de Mucuri em 2007) e o lançamento do *Novo Ciclo de Crescimento*, em 2008. O cenário desta década (anos 2000) completa-se com aquisição da empresa inglesa de biotecnologia FuturaGene, em 2010. Examinemos mais de perto.

⁸ A Conpacel é o Consórcio Paulista de Papel e Celulose, formado pela Suzano e pela Votorantim Celulose e Papel S.A. Já a KSR é uma divisão especializada na distribuição de produtos gráficos, a maior da América Latina, segundo www.suzano.com.br. Acesso em 28 de agosto de 2011.

3 A AQUISIÇÃO DA FUTURAGENE PELA SUZANO PAPEL E CELULOSE

Buscaremos aqui, partindo da análise de documentos oficiais da Suzano, refletir sobre a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene, como este aspecto se relaciona com as atividades econômicas da Suzano e as implicações deste processo para a questão agrária contemporânea.

Para os nossos objetivos cabe dizer que a partir de 2008 a Suzano está implantando um plano de expansão intitulado *Novo Ciclo de Crescimento* que consta da construção de três novas plantas industriais – no Maranhão, Piauí e uma terceira em local ainda não definido. Como parte deste Novo Ciclo de Crescimento, em 13 de julho de 2010, a controlada Suzano Papel e Celulose através da subsidiária Suzano Trading, obteve autorizações das autoridades do Reino Unido para aquisição do total das ações do capital social da FuturaGene, quando também ocorreu a transferência do controle da companhia. Desde 2001, a Suzano já era detentora da participação indireta de 7,125% do capital social da FuturaGene. Assim, em 19 de julho de 2010 a Suzano concluiu o processo de aquisição do restante (92,875%) de ações da empresa pelo montante de US\$ 84.169 milhões (SUZANO HOLDING S.A, 2010), operação essa que foi aprovada pelos acionistas da FuturaGene em assembleia realizada em 21 de junho de 2010. A empresa global de biotecnologia direciona suas atividades aos mercados de florestas⁹ e biocombustíveis. No *site* da Suzano (www.suzano.com), os responsáveis pela empresa afirmam ainda que:

Com competências complementares entre as empresas, a aquisição permitirá a criação de projetos relevantes para o desenvolvimento da produtividade florestal. Além dos negócios no setor de papel e celulose, principais atividades da Suzano, algumas tecnologias que estão no portfólio da FuturaGene poderão ser usadas para outras culturas, como, por exemplo, o cultivo de algodão, milho e outras espécies, além da produção de bioenergia e biocombustível. A aquisição contribui para o processo de internacionalização da Suzano, que passará a operar centros de pesquisa em Israel e na China, além de comandar experimentos em campo em Israel, Estados Unidos, China e Sudeste Asiático. A Companhia já possui escritórios comerciais para o negócio de papel e celulose na China,

⁹ É bom deixar claro que a produtividade florestal ligada à cadeia de papel e celulose é uma atividade de monocultura. E o próprio prefixo *mono* define que aquilo que é cultivado/produzido é algo único. Nesse sentido, empresas como a Suzano Papel e Celulose podem destruir a diversidade florestal (sem qualquer exagero nessa afirmação) em nome de um monocultivo que é considerado, erroneamente, como floresta.

Estados Unidos, Europa e Argentina. (www.suzano.com, Acesso em: 26. Ago. 2011).

Não podemos esquecer também que o argumento sustentado pela Suzano acerca da produtividade florestal¹⁰ é, na verdade, o uso intencional de um discurso de sustentabilidade que falseia a realidade. Isso porque floresta é muito mais que uma área coberta de árvores (no caso da Suzano, eucaliptos). Além disso, o domínio tecnológico permite que a Suzano avance para a fronteira da produção de energia, ou seja, a produtividade florestal cambia-se também em produtividade energética num processo simbiótico. Não é por acaso que em 2010, mesmo ano da aquisição da FuturaGene, a Suzano anunciou sua entrada no setor de energia por meio da Suzano Energia Renovável. De acordo com informações de seu sítio eletrônico, a nova empresa produzirá *pellets* de madeira - partículas desidratadas e prensadas com alto poder calorífico que servem como combustível para caldeiras residenciais, industriais e usinas termoeletricas.

Esse *movimento* da Suzano em busca de inovações, vantagens tecnológicas (nesse caso da FuturaGene, biotecnológicas) e mercado de biomassa de energia (Suzano Energia Renovável) nos traz à tona um aspecto interessante. Inegavelmente a qualidade da terra como mercadoria, ou seja, essa propriedade de ser alienável, monopolizável, continua sendo central à estrutura de toda questão agrária. Mas a centralidade da terra-mercadoria tem se relacionado com novas conjunturas da questão agrária. Marques (2011, p.03) compreendeu isso quando escreveu:

Apesar de a concentração da propriedade da terra continuar no centro da problemática agrária, esta passa a se relacionar também com formas de privatização e mercadificação de processos biofísicos (como a captura de carbono), de códigos genéticos e de etnosaberes, que estão implicadas em um emaranhado de formas de valorização do capital, por vezes contraditórias entre si.

Além do mais, estas novas questões agrárias que surgem são acompanhadas de um forte apelo ambiental e tecnológico que tem sido subsumido ao processo de reprodução do capital. Em todo caso, continuemos com a explanação da Suzano acerca da aquisição da FuturaGene:

¹⁰ “A aquisição da FuturaGene [...] resultará em sinergias relevantes para o desenvolvimento de nossa produtividade florestal”. Cf. Suzano. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2011. p.23.

Sua aquisição, portanto, reforçará nosso programa de melhoramento genético de eucalipto, iniciado há três décadas e conduzido por nosso Centro de Tecnologia Florestal (CTF), cuja divisão de biotecnologia passou a integrar a FuturaGene após a aquisição. Mesmo sem o uso de biotecnologia, o CTF já havia desenvolvido uma base genética de eucalipto capaz de produzir florestas que estão entre as de maior produtividade do mundo e têm potencial para se adaptar a diferentes condições de solo e clima, e a diversos usos finais.

Além dos ganhos esperados em nossas operações, as sinergias potencializam a atuação da FuturaGene no campo da biotecnologia florestal como um negócio independente.

No segundo semestre de 2010, nos dedicamos à integração de nossas operações com as da FuturaGene, assim como à estruturação do desenho organizacional e do modelo de governança da empresa, enquanto ela se mantinha em plena operação, com contratos fechados em mercados-chave e avanços nas pesquisas (SUZANO, 2010, p.23).

Este quadro mostra como a tecnologia tem sido utilizada crescentemente no desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista. Investimentos em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias tem se configurado como fatores importantes da concorrência/competitividade nos mercados de papel e celulose. Como Neil Smith (2009, p.6) escreveu:

Biotecnologia permite a ciência furar e transformar o núcleo de formas de vida específica e isto tem uma miríade de resultados. Por um lado, novas mercadorias são produzidas, como sementes geneticamente modificadas, culturas e outros organismos, envolvendo-se em uma mercadificação numa escala completamente nova: mercadorias subatômicas, tais como genes fabricados em laboratórios. Este, por sua vez desencadeou um episódio frenético de bio-prospecção em que piratas corporativos vasculham o mundo natural para material genético patenteável¹¹.

De fato, empresas como a Suzano têm penetrado aos níveis mais elementares dos organismos vegetais, como é o caso do perfil genético de sementes modificadas em laboratórios (como os da FuturaGene em Israel, Estados Unidos, Brasil e China). A lógica capitalista da Suzano passa pela pesquisa genética para o cultivo de clones adaptados ao entorno edafoclimático que receberá a monocultura. Ao desenvolver tais pesquisas de melhoramento

¹¹ Biotechnology allows science to bore into and transform the core of specific life forms and this has myriad results. On the one hand, new commodities are produced, such as genetically modified (GM) seeds, crops and other organisms, themselves involving commodification on a completely new scale: subatomic commodities such as laboratory-manufactured genes. This in turn has set off a frantic episode of bio-prospecting in which corporate pirates scour the natural world for patentable genetic material.

genético com vistas ao aumento da produtividade a Suzano tem alterado substancialmente a natureza. O eucalipto, por exemplo, tem sido fabricado sob os auspícios da tecnologia humana. Por isso, utilizamos nesta investigação o conceito de *produção da natureza* como fundamento teórico que responde às nossas necessidades de investigação.

4 A PRODUÇÃO DA NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO

A primeira vista o conceito de *produção da natureza* pode causar estranheza. Tal estranhamento pressupõe que a natureza não é produzida pelos seres humanos, pois é algo externo à atividade humana. Baseado nesse pressuposto positivista, Neil Smith e Phil O'Keefe (1980) perscrutam qual a relação existente entre Geografia, Marx e o Conceito de Natureza buscando compreender dentro da ciência e do materialismo histórico quais as implicações de se pensar a *produção da natureza*.

Smith e O'Keefe (1980) apontam a existência de uma concepção dual da natureza na ciência social:

Por um lado, a natureza é externa, realidade não-humana, pura e dada por Deus; por outro, a natureza é mais abstrato, incorporando o humano, bem como esferas de realidade não-humanas. Na prática, esta concepção dual da natureza é contraditória dentro do positivismo. Ao mesmo tempo, como é estritamente não-humana, a "natureza" deve ser simultaneamente humana e não-humana¹² (p.30)

Visando resolver esta contradição interna da concepção positivista da ciência, presente tanto na ciência natural quanto na social, Smith e O'Keefe argumentam que natureza e história são indissociáveis. Concebem, portanto, a natureza no seio do materialismo histórico. Se, como dizem Marx e Engels (2007) em *A Ideologia Alemã*, não há sentido uma natureza separada da história, é justamente a atividade humana que unifica a primeira e a segunda natureza. Esta será uma das críticas que Smith e O'Keefe (1980) farão à *Dialética da Natureza* de Engels:

¹² On the one hand, nature is external, non-human reality, pure and god-given; on the other, nature is more abstract, incorporating human as well as non-human spheres of reality. In practice, this dual conception of nature is contradictory within positivism. At the same time as it is strictly non-human, "nature" is expected to be simultaneously human and non-human.

[...] Engels, comete o mesmo pecado metafísico como os cientistas cuja teoria ele tenta injetar com a dialética. Ele trata a natureza como algo externo, existente em si mesmo, e bastante separado de sua apropriação humana. [...] Engels tentou encontrar a dialética dentro do próprio objeto. A chamada "dialética da natureza" não é inerente à natureza, mas sim, [...], é incorporada na relação humana com a natureza. A dialética, separada dos seres humanos, não tem significado¹³ (p.33).

Após tecer as críticas ao trabalho de Engels, Smith e O'Keefe criticam a ideia de dominação da natureza presente na análise de Alfred Schmidt em *O Conceito de Natureza em Marx*. Eles apontam que existem dois conceitos de natureza em Schmidt: a natureza como externa ao homem e objeto de sua atividade; e a natureza como totalidade de tudo que existe. É justamente esta separação que leva a discussão da dominação da natureza.

Assim, a saída oferecida por Smith e O'Keefe para o imbróglio que envolve a dualidade positivista da concepção da natureza tem como base o materialismo histórico e a *relação social*. E esta relação é o *processo de produção* pelo qual a natureza é modificada pelo homem. Pelo processo produtivo do trabalho o conteúdo da natureza tem sua forma alterada. A produção de valores de uso é, com o advento da produção capitalista, transformada em produção de valores. O capitalismo produz a natureza de modo progressivo e revolucionário na medida em que se desenvolve internacionalmente na busca de acumulação de capital. Além disso, Smith e O'Keefe (1980, p.35-36) salientam que:

Mas não apenas isso "segunda natureza" que é cada vez mais produzida como parte do modo de produção capitalista. A "primeira natureza" é também produzida. De fato a "segunda natureza" não é mais produzida a partir da primeira natureza, mas a primeira é produzida *pela* e dentro dos limites da segunda¹⁴. [...]

Atrás da vaga e mecânica "dominação da natureza", encontramos, na realidade, a *produção da natureza*¹⁵.

¹³ [...] Engels, commits the same metaphysical sin as the scientists whose theory he attempts to inject with the dialectic. He treats nature as something external, existing in itself, and quite separate from its human appropriation. [...] Engels has attempted to find the dialectic within the Object itself. The so-called "dialectic of nature" is not inherent in nature but rather, [...], it is embedded in the human relation with nature. The dialectic, separate from human beings, has no meaning.

¹⁴ But it is not just this "second nature" that is increasingly produced as part of the capitalist mode of production. The "first nature" is also produced. Indeed the "second nature" is no longer produced *out* of the first nature, but rather the first is produced *by* and within the confines of the second.

¹⁵ Behind the vague and mechanical "domination of nature" we find in reality the *production* of nature.

As implicações do entendimento da *produção da natureza* compreendem a relação dialética entre ciência e história (natural e social/humana). Enfim, Smith e O’Keefe problematizam a noção de externalidade, apontam que a natureza não produz burgueses e proletários e que um entendimento sofisticado da natureza passa também pelo entendimento sofisticado de como o espaço é produzido pelo modo capitalista de produção.

O conceito de *produção da natureza* permite compreender o movimento político-econômico que a aquisição da FuturaGene pela Suzano representa. O mapeamento genético com utilização da biotecnologia admite a produção de culturas mais adaptadas às condições de solo e clima, trazendo em consequência o aumento da produtividade.

Não obstante, Smith (2009) aponta que estamos vivendo um período no qual o núcleo da relação socioeconômica com a natureza está sendo transformada. Isto expressa basicamente o quê? Primeiro que a natureza se transformou em uma fronteira financeira; segundo que a natureza tem sido constantemente produzida; terceiro que, assim como o trabalho, a natureza passou da subsunção formal para a real subsunção ao capital. Estes são os três argumentos que levam Smith a concluir que a natureza funciona como uma *estratégia de acumulação*. Examinemo-los mais de perto.

Dizer que a natureza foi transformada pelos capitalistas em uma fronteira financeira expressa claramente o momento histórico do capitalismo no qual os bancos (mas sem diminuir o papel dos Estados Nacionais e instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional) funcionam como instituições reguladoras da atividade econômica, como é o caso do Banco Mundial.

Para estes e outros capitalistas ambientais natureza tem de fato tornado-se uma nova fronteira, e não ao contrário de “fronteiras” anteriores, que tornou-se quase instantaneamente financeira. Um mercado de “derivativos ambientais” rapidamente surgiu no qual créditos ecológicos são agrupados juntos e vendidos em massa para financiadores bancários especulativos no aumento dos preços dos créditos já estabelecidos. O Banco Mundial abriu seu Fundo BioCarbon em 2004, capitalizado com 30 milhões de dólares iniciais e mirando 100 milhões de dólares, que permite aos investidores (investimento mínimo de 2,5 milhões de dólares) para contribuir para sequestro de carbono em troca de uma renda girada pela venda de créditos¹⁶(SMITH, 2009, p.05).

¹⁶ For these and other environmental capitalists nature has indeed become a new frontier, and not unlike earlier ‘frontiers’, that frontier became almost instantaneously financial. An ‘environmental derivatives’ market very quickly sprang up whereby ecological credits are bundled together and sold in bulk to speculative financiers banking
Revista Percurso - NEMO
ISSN: 2177- 3300

Então, compreende-se que é justamente este poder econômico (e político) que os bancos possuem de fazer investimentos diretos ou emprestar dinheiro às empresas para a realização de determinadas atividades econômicas que tem capitalizado a natureza. O capitalismo criou mais recentemente um mercado financeiro de produtos ambientais e mercadorias ecológicas que asseguram seu desenvolvimento.

Smith atesta que a tese da *produção da natureza* não significa dominação ou controle. Já vimos que ele criticou, junto com Phil O'Keefe, a ideia de dominação da natureza presente no famoso livro *O Conceito de Natureza em Marx* de Alfred Schmidt. A crítica pautou-se na separação entre uma natureza externa ao homem e objeto de sua atividade.

Não há dúvida de que a intenção ampla da ciência em uma sociedade capitalista é explicitamente destinado a dominação da natureza, mas que o projeto incorpora uma externalização agressiva da natureza, como vimos, e de diferentes maneiras de externalização da natureza também é incorporada, seja qual for o grau de lamentação, na tese de dominação da natureza. [...]

Em termos políticos, a tese da dominação da natureza é um beco-sem-saída: se tal dominação é um aspecto inevitável da vida social, as únicas alternativas são uma política anti-social (literalmente) da natureza ou renuncia a outra dominação suave¹⁷ (SMITH, 2009, p.09).

Smith invoca, portanto, além da contrargumentação da natureza como externa ao homem, a dimensão política. *E aqui política enquanto a arte de dominação de um homem sobre o outro*¹⁸. Ele esclarece ainda a perspectiva da tese do controle da natureza:

A tese da produção da natureza não faz nenhuma pretensão do controle da natureza. Na melhor das hipóteses, a gente pode querer pensar sobre uma hegemonia gramsciana sobre a natureza, mas mesmo aquela formulação pode ser muito radical. Assim como os capitalistas nunca controlam inteiramente o processo de produção, seus resultados, ou o capitalismo global que gera, então a

on the increased price of already established credits. The World Bank opened its BioCarbon Fund in 2004, capitalized with an initial \$30 million and aiming for \$100 million, which allows investors (minimum investment US\$2.5 million) to contribute to carbon sequestration in return for an income generated by the sale of credits.

¹⁷ There is no question that the broad intent of science in a capitalist society is explicitly aimed at the domination of nature, but that project embodies an aggressive externalization of nature, as we have seen, and in different ways this externalization of nature is also embodied, whatever the degree of lamentation, in the domination-of-nature thesis.

¹⁸ A política é uma forma de relacionamento entre os homens através da qual os conflitos sociais são resolvidos pela força, através da dominação de classe. E os instrumentos indispensáveis desta dominação são o Estado, o casamento monogâmico e, obviamente, a propriedade privada. A política é o exercício, pela mediação do Estado, do poder do "ter" de um indivíduo sobre outro indivíduo. Apenas nas sociedades de classe encontramos contradições sociais que possibilitam e, ao mesmo tempo, requerem, tal forma de poder do homem sobre o homem (LESSA, 2012, p.7).

sociedade capitalista não controla inteiramente a natureza. Aquecimento Global e organismos geneticamente modificados são certamente socialmente produzidos, mas eles não são totalmente controlados. Nem sociedades futuras devem cogitar qualquer fantasia de controlar a natureza¹⁹(SMITH, 2009, p.9-10).

Assim, a tese do controle da natureza se mostra falha porque a sociedade não controla em sua totalidade a (produção da) natureza. Cabe destacar também que Smith rejeita a *produção da natureza* como sinônimo de construção social. Em suas palavras:

Enquanto a melhor consideração construcionista enfatiza a combinação material e discursiva da construção da natureza e frequentemente convida uma discussão de raça, gênero, sexualidade e outras formas de diferença social em relação a natureza, a conexão entre materialidade e discurso frequentemente permanece vaga, as origens sociais dos discursos são subespecificados, e a fonte da mudança em dadas construções sociais da natureza é obscura²⁰ (SMITH, 2009, p.10).

Entende-se que a defesa da tese da *produção da natureza* para Smith é bem argumentada posto que o autor lança mão de uma abordagem materialista, histórica, dialética e geográfica, para mostrar como mesmo o discurso tem origens históricas e práticas sociais concretas que revelam a capitalização da natureza como produto da sociedade.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo tem alterado profundamente a natureza e a sociedade. Consciente disso, Smith elabora um paralelo com o trabalho para distinguir a transição da subsunção formal para subsunção real da natureza.

Com a subsunção formal da natureza, a acumulação de capital é facilitada predominantemente por uma expansão contínua na conversão do material extraído em objetos de produção. Mais e mais petróleo e madeira, algodão e carvão são extraídos para a produção. Colonialismo funcionou como uma

¹⁹ The production of nature thesis makes no pretence to the control of nature. At best, we may want to think about a Gramscian hegemony over nature but even that formulation may be too extreme. Just as capitalists never entirely control the production process, its results, or the global capitalism it generates, so capitalist society does not entirely control nature. Global warming and genetically modified organisms are certainly socially produced but they are by no means entirely controlled. Nor should future societies entertain any fantasy of controlling nature.

²⁰ While the best constructionist accounts emphasize the combined material and discursive construction of nature and often invite a discussion of race, gender, sexuality and other forms of social difference in relation to nature, the connection between materiality and discourse often remains vague, the social origins of discourses are underspecified, and the source of change in given social constructions of nature is obscure.

estratégia fundamental para, entre outras coisas, esta subsunção formal da natureza²¹(SMITH, 2009, p.13).

A subsunção formal da natureza aconteceu quando os capitalistas passaram a controlar (nunca totalmente, é necessário dizer) a exploração de recursos naturais nos mais amplos territórios geográficos (exploração de matérias-primas na América e África, por exemplo). Já a transição para subsunção real da natureza:

[...] é marcada não apenas pela intensificação desta dependência da acumulação de capital sobre a natureza. Em vez disso, uma mudança nos dois lados tem lugar. Primeiro, enquanto o capital tem sempre circulado através da natureza, seja na produção agrícola ou na “melhoria” da terra de uma miríade de tipos, a subsunção real da natureza não só intensifica essa circulação, mas transforma-o de um efeito incidental da acumulação de capital a uma estratégia destinada: o que antes eram conseqüências não intencionais se tornam objetivos estratégicos. [...] Segundo, o processo inverso, ou seja, a circulação da natureza através de capital, é igualmente transformada a partir de um acessório para um processo estratégico²² (SMITH, 2009, p.13-14).

Na subsunção formal da natureza o capital controla(va) os recursos naturais e os territórios como uma necessidade de produção. Com a subsunção real da natureza o capital passa a produzir naturezas para sustentar o processo de acumulação do capital.

5 CONCLUSÕES

A análise histórica da evolução da Suzano Papel e Celulose – de uma pequena fábrica de papel até sua consolidação como um dos maiores grupos empresariais brasileiros – é impensável se não consirmos o apoio fornecido pelo Estado brasileiro. O Estado capitalista age como um

²¹ With the formal subsumption of nature, capital accumulation is facilitated predominantly by a continual expansion in the conversion of extracted material into objects of production. More and more oil and wood, cotton and coal are extracted for production. Colonialism functioned as a primary strategy for, among other things, this formal subsumption of nature.

²²[...] is marked not simply by an intensification of this dependence of capital accumulation on nature. Rather, a two-sided shift takes place. First, while capital has always circulated through nature, whether in agricultural production or in land ‘improvement’ of myriad kinds, the real subsumption of nature not only intensifies this circulation but transforms it from an incidental effect of capital accumulation to an intended strategy: what were once unintended consequences become strategic goals. [...] Second, the reverse process, namely the circulation of nature through capital, is similarly transformed from an incidental to a strategic process.

legítimo *comitê político da burguesia*²³: ele é o responsável pelas condições gerais da produção (infraestrutura, sistemas de engenharia), pela gestão dos fundos territoriais e do patrimônio natural²⁴; desenvolve, financia e promove políticas econômicas (Plano de Metas, II PND, I e II PNPC, FISET, isenções fiscais e tributárias) que favorecem a concentração e os oligopólios (como percebeu GOLDENSTEIN, 1975).

Além disso, este Estado induz a industrialização, institui legislações normativas (Código Florestal, por exemplo) e cria instituições que favorecem o desenvolvimento de atividades econômicas (BNDES, BNB e, para o nosso caso, o IPEF, o IBDF e a ESALQ). Por todas essas determinações objetivas ofertadas compreende-se que o Estado funciona muito bem para atender aos interesses burgueses, no caso específico aqui estudado a Suzano Papel e Celulose.

Por sua vez, do ponto de vista mais teórico, o conceito de *produção da natureza* (SMITH; O'KEEFE, 1980) permite compreender o processo de aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene, pela Suzano Papel e Celulose, como mais uma *estratégia de acumulação* (SMITH, 2009). Isso porque o mapeamento genético com utilização da biotecnologia admite a produção de culturas mais adaptadas às condições de solo e clima, trazendo em consequência o aumento da produtividade.

A Suzano tem se consolidado como uma das principais empresas do agronegócio da silvicultura. Têm investido maciçamente em plantios florestais (monoculturas de eucalipto), plantas industriais (no Maranhão, na Bahia, em São Paulo), em infraestrutura e logística (acessos rodoviários, ferroviários). Todavia, o desenvolvimento das atividades econômicas da Suzano trouxe importantes questões para se analisar as contradições do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. A questão central da problemática agrária no Brasil, a qualidade da terra-mercadoria, tem se relacionado com novas questões que surgem, como no caso da biotecnologia e do melhoramento genético. Assim, os elementos aqui levantados permitem admitir que a aquisição da FuturaGene pela Suzano Papel e Celulose têm sinalizado para novos mecanismos de acumulação capitalista.

²³ “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2008, p.47).

²⁴ O Estado para Moraes (2005b, p.43) é “o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais”.

REFERÊNCIAS

FRAGA, Thais Fróes. **As joint ventures e a Defesa da Livre Concorrência. Estudo do caso: Formação de Consórcio envolvendo as empresas Ripasa, Suzano e Votorantim.** Monografia de graduação. Faculdade de Ciência Jurídicas e Sociais, Centro de Ensino Unificado de Brasília, 2010.

GOLDENSTEIN, L. **Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face a novas relações de intercâmbio. Uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose.** 1975. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

HILGEMBERG, Emerson Martins; BACHA, Carlos José Caetano. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Análise Econômica** Ano 18, nº 33, março, 2000 - Porto Alegre Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000.

JOLY, C. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis, BA.** 2007. Dissertação (mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. **O SETOR DE CELULOSE E PAPEL.** Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecime nto/livro_setorial/setorial04.pdf. Acesso em: 02 set. 2011.

LESSA, Sérgio. **Ética, Política e Serviço Social.** Disponível em < <http://sergiolessa.com> >. Acesso em: 01 set.2012.

LOPES, Carlos Renato Antunes; CONTADOR, Cláudio Roberto. **Análise da indústria de papel e celulose no Brasil.** Disponível em <http://www.reocities.com/Eureka/Enterprises/1900/palestras/artigo-coppead.PDF>. Acesso em: 02 set. 2011.

MALINA, Léa Lameirinhas. A expansão do setor de papel e celulose na década de 1970 no contexto de reposição do capitalismo rentista brasileiro. V Simpósio Internacional de Geografia Agrária/VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária: Questões agrárias na Panamazônia no século XXI: usos e abusos do território. 7 a 11 de novembro de 2011. Belém, Centro de Convenções Benedito Nunes – UFPA. *Anais...* Belém: Ed. Açáí, 2011. p.1-22.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose.** Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, Agosto de 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Feuerbach - A Oposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. Trad. Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Pietro NASSETTI. 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Anais da Oficina sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003**. Brasília: MIN/SPDR, 2005b, p.43-47.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O discurso de responsabilidade socioambiental empregado pela Vale no período pós-privatização (1997-2010) em São Luís - MA**. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Geografia, 2011.132p.

SMITH, Neil; O'KEEFE, Phil. Geography, Marx and the concept of nature. **Antipode**. Volume 12, Nº2. 1980. p 30-39.

SMITH, Neil. **Nature as accumulation strategy**. 2009. Disponível em: <http://neil-smith.net/wp-content/uploads/2009/10/nature-as-accumulation-strategy.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2011.

SUZANO. **Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Preferenciais Classe "A" de Emissão da Suzano Papel e Celulose**. 07 de fevereiro de 2007. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em: 27 ago. 2011.

SUZANO. **Eucaliptocultura e desenvolvimento socioambiental**. 2008. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em: 26 ago. 2011.

SUZANO. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em: 27 ago. 2011.

SUZANO. **Apresentação em maio de 2011**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em: 28 ago. 2011.

SUZANO HOLDING S.A. **Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2010**. Disponível em www.suzano.com. Acesso em: 26 ago. 2011.

Enviado em: 25/02/2015

Aprovado em: 20/05/2015